



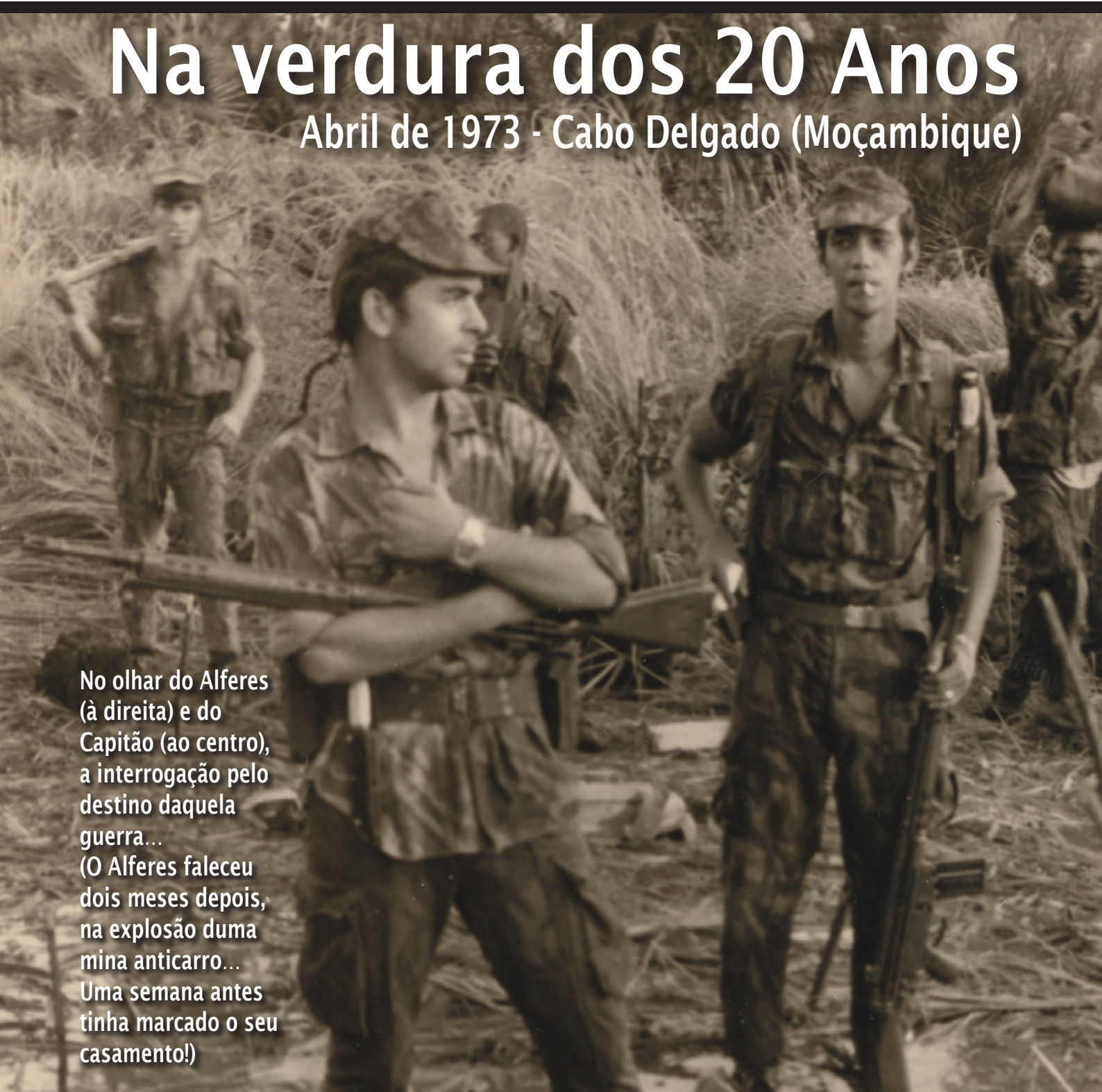
combatente

Jornal dos Combatentes do Ultramar

Ano XXI | N.º 117 | Janeiro > Março 2013

Na verdura dos 20 Anos

Abril de 1973 - Cabo Delgado (Moçambique)



No olhar do Alferes
(à direita) e do
Capitão (ao centro),
a interrogação pelo
destino daquela
guerra...
(O Alferes faleceu
dois meses depois,
na explosão duma
mina anticarro...
Uma semana antes
tinha marcado o seu
casamento!)

Stress Postraumático de Guerra: a falta de uma assinatura

A Guerra de África e suas Consequências

Plano de Actividades e Orçamento || Assembleia Geral: a hora das contas

STRESS POSTRAUMÁTICO DE GUERRA

Em Setembro de 2010 demos por prontas as nossas obras do Posto Médico. E tratámos do seu licenciamento e da contratação da equipa técnica: assistente social, médico internista, psicólogo e psiquiatra.

Experimentámos uma consulta de clínica geral, com a generosidade e disponibilidade dum senhor Director de Serviços do Hospital de Viseu.

Passado meio ano tivemos que abandonar a experiência pois apesar da insistência junto da A.R.S. de Coimbra, ao fim de um ano foi-nos simplesmente aconselhado a dirigirmo-nos ao Sr. Ministro da Saúde.

Legislação há, mas desde a sua promulgação não foi regulamentada, e assim não há análises ou exames complementares para ninguém.

E do dito Ministério nunca obtivemos resposta.

A consulta de clínica geral foi abandonada por o médico não poder prescrever as ditas análises e exames.

O mesmo estará acontecendo com outras associações de combatentes.

Quanto aos cuidados médicos no âmbito do stress posttraumático, andámos pelo distrito de Viseu e limítrofes dando conta do problema, divulgando e esclarecendo como é nossa obrigação por protocolo vigente já desde 2002 e assinado com o Ministério da Defesa.

Demos conta do nosso esforço, da obra que construímos e das diligências efectuadas com vista a prestar cuidados médicos, e informando estar para muito breve o alargamento do nosso protocolo.

Com muito esforço conseguimos o contributo da psiquiatra que nos faltava.

Os contratos de prestação de serviços dependem tão somente da assinatura do novo protocolo, pois o seu início foi subordinado a essa cláusula.

Não pretendemos mais dinheiro. Nunca reivindicámos tal. Queremos é aproveitar bem aquele que nos tem sido dispensado.

É grave que, por demora na assinatura do alargamento do protocolo, não se aproveitem os recursos que temos. É desperdício. É desmotivador para nós, para os técnicos que se disponibilizaram e sobretudo para os combatentes que precisam de cuidados.

A Rede Nacional de Apoio tinha como objectivo o alargamento do nosso protocolo, desde a conclusão das obras do nosso Posto Médico.

Se o problema não é de dinheiro, se as obras estão prontas, e os licenciamentos aprovados, se os técnicos estão disponíveis e se os combatentes necessitam de cuidados, então digam-nos o que falta para essa assinatura.

Esperamos que desta vez o Ministério da Defesa nos responda, já que o da Saúde continua mudo.

Publicamos a carta que acabámos de endereçar ao Sr. Secretário de Estado da Defesa.

Exmo Senhor:

Secretário do Estado da Defesa Nacional.

Av. Ilha da Madeira, 1

1400-204 LISBOA

Tondela, 20 de Março de 2013

c/Cº: Senhor Director Geral do Recrutamento de Pessoal

: Senhor Presidente da Rede Nacional de Apoio

Excelência:

Vimos rogar-lhe a assinatura o mais urgentemente possível do alargamento do protocolo que temos com o MDN, relativamente ao stress posttraumático de guerra.

Não pedimos mais dinheiro. Antes com o mesmo dinheiro queremos prestar cuidados médicos aos combatentes.

Em Setembro de 2010 terminámos a edificação do nosso Posto Médico. Comunicámos à Rede Nacional de Apoio todo o processo burocrático de licenciamento e com muito esforço no fim de 2012 completámos o quadro técnico.

O início da nossa actividade e dos técnicos que se disponibilizaram (psiquiatra, psicólogo, médico internista e assistente social) está tão só dependente da assinatura do alargamento do protocolo vigente desde 2002.

Esperamos despacho urgente de V.Exa para bem dos combatentes

Apresentamos-lhe respeitosos cumprimentos,

O Presidente da Direcção

António Ferraz

O FIM DOS IMPÉRIOS COLONIAIS

O cidadão que é mobilizado para a guerra do ultramar fica com uma ideia muito reduzida do que é a complexidade da guerra e de todas as suas envolventes. Essa ideia na maior parte dos casos, resume-se à sua própria experiência.

Nós não tínhamos a possibilidade de perceber o conjunto daquilo em que estávamos metidos. Um jovem de vinte, vinte e poucos anos não tem a possibilidade de abarcar todas as implicações das situações vividas. Havia jovens oficiais que aos vinte e seis anos já estavam no fim da sua segunda comissão.

As situações vividas, sobretudo em Angola e Moçambique que eram territórios muito grandes, também poderiam ser diversas. Poderiam ir dois jovens de idade semelhante na mesma altura e para a mesma província ultramarina, e viverem situações completamente diferentes, tanto do ponto de vista da operacionalidade como de outras situações. Um podia ter na sua companhia um capitão “porreiro”, outro podia ter um que era “uma besta” e por conseguinte a opinião com que ficavam, as experiências e recordações daquelas vidas militares serem completamente diferentes. Portanto cada um em função dessas vivências fica com a sua própria visão dos acontecimentos, não obstante o facto

de, ser antigo combatente deixar marcas comuns.

Deste modo o que se pretende é ter uma ideia de conjunto do que foi a guerra e do enquadramento histórico que levou ao fim dos impérios coloniais e não só do nosso.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 abre as portas ao salazarismo, não imediatamente, uma vez que na sua sequência Salazar é chamado para o governo mas esteve pouco tempo e foi-se embora. Só em 1928 é nomeado ministro das finanças. Mas é a partir de 1932 que como primeiro-ministro toma verdadeiramente as rédeas do poder.

Na altura a moda na Europa em termos de regimes de governação eram as ditaduras. E ao contrário do que é hoje, na altura haveria uma meia dúzia de regimes democráticos na Europa. A ditadura mais celebrada na altura era a de Benito Mussolini na Itália.

Salazar, ideologicamente era um conservador. Numa foto publicada em 1940 pela revista “LIFE”, tirada a Salazar no seu gabinete de trabalho, este tem em cima da sua mesa uma fotografia de Mussolini. Isto revela a grande admiração que Salazar sentia por aquele ditador, quer do ponto de vista ideológico quer do ponto de vista imperial. Mussolini tinha muito a mania do império, ao estilo do império romano.

A Itália que tinha partido tarde para a conquista de um império, estava naquela altura a tentar constituir um, com a conquista da Abissínia (atuais Etiópia e Eritreia), Líbia e outros territórios.

Portanto a inspiração do regime fascista é clara, a começar pela saudação, pela criação da mocidade portuguesa e da legião. Até no aspeto arquitetónico os edifícios do Estado Novo são muito semelhantes aos mandados edificar por Mussolini em Itália naquela época. E depois a noção de grandeza à força.

A aparição de mapas no sistema de ensino português, em que se sobrepunham os territórios de Portugal continental juntamente com os territórios das províncias ultramarinas sobre o território que compõe a Europa, tinha como fim transmitir que Portugal não era um país pequeno. O objetivo era despertar o orgulho português. Como se faz na pintura, os jovens devem receber a “primeira de mão” de história com o sentido de se sentirem bem em ser portugueses. Isto vinha mesmo a propósito. O orgulho e a sensação de posse. Até o “Angola é nossa” se enquadrava bem nessa visão que se pretendia transmitir. Só que uma coisa é a afirmação de posse, outra é a capacidade de se ter o poder em termos de economia e decisões consequentes. Isso nós não tínhamos. Havia uma grande imobilidade.

Se olharmos para os gráficos de emigração dessa época, verifica-se que a maior parte da emigração de portugueses até 1961 é para o Brasil. No lapso de tempo de 1912 a 1931 ainda se dá alguma deslocação de população portuguesa para a África, sobre-

CPM 1664 / PPM 1158

9 de Junho de 2013

XV CONVÍVIO

No Restaurante Litoral em Pombal, dia 9 de Junho de 2013 (domingo)
Contactar: Tony 914 044 272 - Coimbra 964 648 822

tudo na altura de Norton de Matos, com aquele sentido de colonialismo do termo (levar brancos para colonizarem e desenvolverem os territórios), mas com a implantação do Estado Novo tudo volta ao mesmo (emigração principalmente para o Brasil). Só depois de 1961 se inverte a situação com a ida de bastantes portugueses para as províncias ultramarinas de África.

O entendimento do Estado Novo era de que aquelas províncias eram sobretudo fornecedoras de matéria-prima, e por conseguinte era conveniente não ir para lá muita gente, pois podia acontecer como no caso do Brasil e tornarem-se independentes. Isto tinha tudo uma certa coerência. Era preciso não deixar desenvolver as províncias ultramarinas, para continuarem a fornecer matérias-primas e não se tornarem independentes. As matérias-primas vinham para a metrópole, eram transformadas em produtos manufaturados e depois parte deles voltavam para as províncias. A balança de

transações ia funcionando, havia muita gente a ganhar dinheiro com isso, mas os territórios ultramarinos não se desenvolviam. As províncias eram além disso, também um escoadouro de produtos que não conseguiam ser exportados pelas empresas portuguesas para outros países e que não eram objeto de consumo na metrópole.

A Segunda Guerra Mundial vai transtornar tudo isto, quando se percebe que de um lado estão a Itália a Alemanha e o Japão e do outro as democracias europeias, nas quais os partidos e os campos se procuram alinhar e dividir entre, os que lutam pela liberdade e pela democracia de um lado, e do outro os que lutam pela opressão. A União Soviética viria a juntar-se mais tarde aos aliados.

Mas a primeira parte da segunda guerra mundial corre muito mal aos aliados. A França é mais uma vez ocupada em Maio/Junho de 1940. A Inglaterra fica a lutar sozinha, é bombardeada pelos alemães, que parecem es-

tar a preparar-se para o assalto e a invasão, ou pelo menos a pô-la “de joelhos” com ataques aéreos constantes.

No Verão de 1941 há um encontro em pleno Oceano Atlântico entre o primeiro ministro britânico Winston Churchill e o presidente norte-americano Franklin Roosevelt. Churchill, com “a corda na garganta” foi pedir ajuda ao presidente norte-americano. Em Agosto de 1941, por ocasião do encontro no Atlântico, ainda os Estados Unidos da América não tinham entrado na guerra, só o vindo a fazer em Dezembro desse mesmo ano na sequência do ataque do Japão à base naval americana de Pearl Harbour.

O Presidente norte-americano Roosevelt, respondeu a Churchill que o ajudava mas com algumas condições, entre elas o princípio de que, se estavam do mesmo lado e se os Estados Unidos o iam ajudar na luta pela liberdade, não aceitavam que a Grã-Bretanha continuasse a dominar o mundo e não libertasse as colónias

CONVÍVIOS

25 de Abril de 2013

B. ART. 1869 “OS GALOS”

Que cumpriram a sua comissão de serviço em Angola de 1965 a 1968 vão realizar o seu XXXV Encontro em V. N. Famalicão.

Para os camaradas que por qualquer motivo nunca tenham estado presentes, devem contactar o artilheiro

Manuel Teixeira

Rua dos Lousos, 250

4805-477 Santa Maria Airão

Telemóvel: 966 088 325 / 969 248 767

26 de Maio de 2013

Almoço convívio dos amigos de GOA

No restaurante “Os Severianos”, - Lourinhã

Reúne antigos militares de cavalaria e familiares que prestaram serviço em Goa (Índia Portuguesa),

entre os anos de 1955 e 1959, nos quartéis de Maulinguem, Sanquelim, Margão, Valpoi, Bicholim e Mapuça.

Almoço organizado pelos companheiros de armas, António Quaresma dos Santos “O Quaresma”,

Contactar: Júlio Barros - 217 151 792

Dia 26 de Maio de 2013

Almoço Anual do Pessoal do Batalhão de Cavalaria 3878

No lugar de Sá, Sandim - Vila Nova de Gaia

A partir das 10h00

no Largo do MOSTEIRO DE S. BRÁS

11h00 - Missa por alma dos camaradas falecidos

Almoço na QUINTA DO RIO

Inscrições até 12 de Maio de 2013

Contactar: Eduardo Ribeiro Amorim Mota

969 655 890 - Amorim.arcoiris@gmail.com

que tinha sobre o seu domínio, dando-lhe por isso a liberdade e independência. Churchill que era filho de pai britânico e mãe americana e por isso se sentia muito próximo dos norte-americanos, tinha feito parte da sua vida em África quando era jovem e era um conservador e colonialista que considerava a questão do império britânico uma coisa sagrada e intocável, quando ouviu aquilo “ia-se passando dos carros”. A esse propósito o filho do Presidente Roosevelt, oficial da marinha que acompanhava o pai quando este já estava enfermo, conta que Winston Churchill terá dito nesta ocasião a Roosevelt “Eu não sou primeiro-ministro de sua majestade para presidir à liquidação do império britânico”, ao que este terá respondido “Vais liquidar vais porque nós só ajudamos nestas condições”.

Como quando se pede ajuda muitas vezes têm de se “engolir elefantes”, Winston Churchill e Franklín Roosevelt lá assinaram aquela que ficou conhecida como “Carta do Atlântico”, na qual era assumido que **“os signatários Grã-Bretanha e Estados Unidos da América respeitavam o direito de todos os povos a escolherem a forma de governo que preferissem e desejassem, e os direitos de autonomia fossem devolvidos àqueles a quem tinham sido arrancados pela for-**

ça”. Esta Carta do Atlântico é o documento base que depois em 1945 vai dar origem à Carta das Nações Unidas.

Estava assim criado o cenário que ia levar ao fim dos Impérios Coloniais.

Entretanto dá-se a rendição da Alemanha e do Japão e consequentemente o fim da segunda guerra mundial.

Na década de sessenta começam a tornar-se independentes os territórios ultramarinos pertencentes às potências europeias que fazem fronteira com as nossas colónias. Deste modo, a segurança e estabilidade que eram relativamente fáceis de manter nos nossos territórios ultramarinos e nas suas fronteiras quando os vizinhos eram administrados por países europeus, tornaram-se de repente um grande problema, na medida em que todas aquelas fronteiras de milhares de quilómetros, eram relativamente permeáveis desde que houvesse intenção de apoiar movimentos de resistência ou de luta pela independência nos territórios que então estavam sob administração portuguesa.

Entretanto manifestam-se alguns casos de resistência à descolonização sendo os mais célebres os exemplos da Indochina e da Argélia. Estes casos são

bastante curiosos porque envolvendo ambos a mesma potência colonial, a França, e tendo tido o mesmo desfecho final, tiveram contudo etapas e facetas diferentes. No caso da Indochina a França teve uma derrota militar. No caso da Argélia a França teve uma vitória militar e teve depois uma derrota política. São derrotados na retaguarda pela opinião pública francesa e sobretudo por atentados perpetrados por emigrantes argelinos residentes no território continental francês, que são resistentes pela independência da Argélia que levam a guerra à metrópole.

E como reagiu o governo português a todos estes acontecimentos? Para o exterior dizia “nós somos um caso diferente”. E é verdade que numa coisa nós éramos diferentes: na distância a que estávamos dos indígenas. Nós encontrávamo-nos próximos deles e não tínhamos características de sermos imperialistas.

Os impérios ao longo da história são criados a partir de três fatores muito importantes:

- Maior riqueza
- Excesso de população
- Maior cultura

Nós nunca tivemos estes três dons, sobretudo alguns deles nunca os tivemos em grande medida, mas de facto nós estávamos mais perto dos indígenas do que estavam os restantes. No

QUOTAS

Pede-se a todos os associados que actualizem as suas quotas as quais podem ser pagas directamente na sede da Associação, por CTT ou transferência Bancária para o NIB:

CGD: 0035 0816 00038 635730 61

Por favor identifique a transferência colocando o seu número de sócio ou enviando por email ou Fax o comprovativo da mesma.

A Associação não se responsabiliza por pagamentos que não estejam devidamente identificados.

que diz respeito à capacidade de desenvolvimento, ao contrário da África do Sul que tinha o chamado desenvolvimento separado (apartheid), mas tinha desenvolvimento, nós nem isso.

Quanto aos indígenas, diziam as autoridades portuguesas da altura, “eles sentem-se verdadeiramente portugueses”, logo a possibilidade de haver qualquer guerra ou insurreição era a mesma que havia no Minho ou no Algarve. Deste modo, no seu entender não se justificava qualquer reforço de segurança, pois até poderia ir assustar a população branca. Mas isto eram os desejos, porque nós já estávamos avisados, pelo menos desde 1961 que a guerra iria acontecer.

Em 20 de Março de 1959, num documento do estado-maior das forças armadas relativo a Angola era referido: “Não achamos necessário reforçar as forças contra inimigos exteriores, no entanto dever-se-á prestar muita atenção a movimentos internos de insurreição, sejam ou não ajudados do exterior, na medida em que o comportamento altamente condenável de muitas pessoas de raça branca e a apatia e conivência das autoridades, quer na administração da justiça quer

na prática de xenofobia sistemática, os pode encorajar”. Note-se que nessa data ainda não se tinha dado a independência da maior parte dos territórios limítrofes de Angola.

Num outro documento de data aproximada oriundo do estado-maior do exército era referido: “Tudo se conjuga para que a breve trecho sejamos confrontados com graves problemas de instabilidade e insurreição nos territórios ultramarinos. O perigo maior deste movimento faz-se sentir na Guiné e no norte e nordeste de Angola. A breve prazo com certeza as ameaças aumentarão e não nos deve causar qualquer surpresa a sua concretização em atos”. Portanto estes avisos existiam e eram do conhecimento das autoridades portuguesas. O próprio Salazar no dia 30 de Novembro de 1960, cerca de três meses antes dos primeiros incidentes em Angola, dirigindo-se aos deputados e referindo-se concretamente à situação em África, dizia: “Não vejo que possa haver descanso para o nosso trabalho que não seja o de segurar com uma mão a charrua e com a outra a espada, como fizeram durante séculos os nossos maiores. Esta nova

luta é lançada à geração presente e vai ser uma das tarefas mais árduas da nossa história. É preciso ter o espírito preparado para ela, exigirá de nós grandes sacrifícios e também o sangue das nossas veias”. Portanto não era só o exército que sabia, Salazar também sabia que vinha lá a “borrasca”, como de facto veio passado pouco tempo, primeiro com o 4 de Fevereiro de 1961 em Luanda e depois a 15 e 16 de Março no norte de Angola, que levou à chacina de muitos brancos e negros, mortos à catanada. As fotografias dessas chacinas, algumas delas horrendas, publicadas pela imprensa da época com grande profusão, serviram para mobilizar o povo para o ajuste de contas que aquele sangue pedia. Pouco tempo depois, logo em Abril desse ano, aparece Salazar a referir: “Para Angola rapidamente e em força”. E assim começam a ir os contingentes de tropas, primeiro para Angola e depois para os restantes territórios ultramarinos à medida que os problemas iam surgindo. 2 anos depois para a Guiné Bissau e em 1964 para Moçambique. E assim se viu o país mergulhado numa guerra em três teatros de operações a milhares de quiló-

NECROLOGIA

Faleceu o nosso associado 3686

José das Dores Pereira

que residia em Famões e prestou serviço militar em Angola.

Faleceu igualmente o sócio 3555

José Prazeres da Silva

que residia na Portela e prestou igualmente serviço em Angola.

Esta Associação junta-se aos familiares na sua dor expressando os seus mais sinceros pêsames.

metros de distância, com meios militares e capacidades financeiras reduzidos, a que se acrescentou a oposição dos aliados e conseqüente falta de apoio militar.

E como se desenrolava a guerra? Havia no dispositivo unidades de quadrícula e unidades de intervenção. A guerra não era uma guerra no sentido clássico ou “Napoleónico” do termo, isto é, não era uma guerra “por mútuo consentimento” e sem surpresas de ambas as partes. Não, esta guerra era uma guerra de surpresas, em que logo para começar a blindagem de cada soldado era o seu camuflado. Cada combatente era um alvo fácil quer fosse a pé quer fosse nas viaturas. O tipo de ações que mais atrapalhavam eram as emboscadas, mas também as minas e os ataques aos aquartelamentos constituíam surpresas completas e dificuldades acrescidas de ripostar aos ataques. As operações ofensivas eram realizadas a maior parte das vezes por forças especiais (comandos, paraquedistas e fuzileiros navais), embora também houvesse operações ofensivas desenvolvidas por tropa normal. Na maior parte das situações a nossa tropa desenvolvia operações passivas, o que era perfeitamente normal neste tipo de guerra, em que de um modo geral cabe aos insurretos tomarem a iniciativa do ataque e não às forças da ordem.

Com este prolongado tempo de guerra foram-se acumulando os mortos em combate, sobretudo na Guiné e mais para o final em Moçambique. Para além dos mortos em combate há quase outros tantos que morreram por acidentes, doenças, etc. Para se ter uma ideia de como foi longa a guerra do ultramar, basta referir que a primeira guerra mundial durou 51 meses, a segunda guerra mundial durou 71 meses

e a guerra colonial portuguesa durou 164 meses.

Todo este prolongamento da guerra, (foi a guerra de guerrilhas mais prolongada do século vinte, nem os franceses quer na Argélia quer na Indochina tiveram uma guerra tão prolongada), também se destinava a dar tempo ao poder político para tomar por sua vez medidas políticas que lhe pudessem pôr fim. As forças armadas ao manterem a guerra durante todo este tempo, cumpriram mais do que cabalmente o que lhes competia para dar condições ao poder político, de tomar as medidas que se impunham e que só a ele competia tomar. Não havia debate a nível nacional nem oposição política que pudesse manifestar-se e apontar alternativas à situação que se vivia. Essa ausência de debate acabou por causar a indiferença da população.

Salazar não era estúpido e entendia que a situação do ultramar estava intimamente ligada à sua própria situação à frente do governo. Por conseguinte via que se deixasse cair qualquer parcela ultramarina, ele próprio também cairia do poder juntamente com ela. Acabou por cair abaixo da cadeira e ficou incapaz de governar, sendo substituído por Marcelo Caetano. Este, embora na sua juventude fosse de ideologia fascista e bastante mais à direita do que o próprio Salazar, tem depois uma evolução ao longo da vida acabando por ultrapassar Salazar pela esquerda, com uma visão mais moderna das situações. Esta circunstância acabou

por criar algumas esperanças na população, tendo o seu período de governação ficado conhecido para a história como a “Primavera Marcelista”.

Por esta altura, 1969, em Angola a situação estava mais ou menos controlada. Na Guiné que estivera quase sempre mal, estava cada vez pior e em Moçambique estava a ficar péssima. É então que é nomeado para esta província ultramarina como comandante-chefe o general Kaúlza de Arriaga. Em Junho de 1970 este escreve uma carta a Salazar onde refere: “A população branca é normalmente fria e completamente indiferente em relação ao que se passa na guerra, sobretudo no este e no sul do território”. Em 1971 dizia: “A população branca já se interessa um pouco mais pela guerra, mas particularmente em Tete pactua e por vezes colabora com o inimigo”.

No meio de toda esta “trapalhada” há ainda fatores externos que condicionam grandemente a governação da altura. A ONU tinha recebido inúmeros países, grande parte deles resultantes da independência dos territórios confinantes com as nossas províncias ultramarinas e que em conjunto com outros países africanos, asiáticos e da América Latina, passaram a ser majoritários naquela organização. Deste modo, quando havia votações a propósito do problema do ultramar português, estes países votavam todos contra nós e para além deles muitas vezes até países pertencentes à NATO.

LEMBRANÇA

Relembramos os nossos sócios e todos os interessados que podem consultar o nosso Jornal em formato electrónico acedendo à nossa página:

www.ancu.pt

Na melhor das hipóteses, estes últimos abstinham-se. De certo modo Portugal estava ilegalizado na ONU e era considerado como que “um marginal” a nível internacional. A própria Igreja que desde os primórdios das descobertas tinha estado ao lado de Portugal em reconhecimento da propagação da fé feita pelo mundo, estava agora também contra a política ultramarina seguida pelo nosso país. Já com a publicação da encíclica do papa João XXIII, se proclamava que deixaria de haver povos dominados e povos dominadores, o que bem entendido se aplicava que nem uma luva à situação portuguesa. Por seu lado no dia 1 de Julho de 1970, o papa Paulo VI recebe em audiência três dos principais líderes dos movimentos que combatiam as tropas portuguesas. Em qualquer país democrático essas notícias seriam imediatamente divulgadas, mas em Portugal só a 5 de Julho é que a censura deixou passar tais notícias, e aí todos os portugueses ficaram a saber que o papa tinha recebido os líderes dos movimentos que nós combatíamos.

Para um país maioritariamente católico como é Portugal, muitos começaram a interrogar-se se o papa é que estaria errado ou seria a política seguida pelo regime de então. O que é um facto é que muitos portugueses começaram a alterar a sua opinião acerca da guerra colonial.

Paralelamente a tudo isto, a frequência de alunos na academia militar era cada vez menor, pelo que os oficiais do quadro permanente estavam em número muito reduzido face ao grande aumento quer de tropas especiais quer de tropa normal. Com os sargentos passava-se uma situação semelhante. Em 1974 o número de capitães era igual ao de 1960 apesar de as tropas terem aumentado enormemente. Nessa altura já poucas companhias havia em África a serem comandadas por capitães do quadro. Quase todas eram comandadas por capitães milicianos.

Em vésperas de terminar a sua comissão em Moçambique, o general Kaúlza de Arriaga informava o governo português que as ações da Frelimo se estavam

a intensificar cada vez mais a sul daquele território, sem grandes possibilidades de serem impedidas, uma vez que aquele movimento possuía bom material militar, sobretudo de fabrico russo. Além disso informava que havia uma deficiente preparação das nossas tropas e que os resultados eram condizentes com essa impreparação.

Por seu lado o nosso país estava a atravessar grandes dificuldades financeiras, com Marcelo Caetano a acusar o exército de fazer gastos sem o devido enquadramento orçamental, ao mesmo tempo que elogiava a marinha e a força aérea por cumprirem as regras orçamentais. Estas acusações criavam um elevado mal-estar nas forças armadas, sobretudo no exército, numa altura em que as despesas militares representavam entre 40% a 45% dos gastos da nação, tendo atingido os 45,9% em 1973. Estava tudo a rebentar pelas costuras. Os oficiais de carreira estavam fartos desta situação e ainda por cima eram eles que eram acusados de serem os culpados:

· A guerra não acabava por-

PASSEIO DA PRIMAVERA

28 de Abril 2013 (Domingo)

Deslocação no autocarro c/almoço incluído
Preço por pessoa 25€ (Só deslocação 15€)

Itinerário: Tondela - Viseu - Lamego - Peso da Régua - Amarante - Guimarães
Braga - Porto - Albergaria - Tondela

Saída: 7 horas • Regresso: 19 horas

*O almoço será nos arredores de Guimarães, num restaurante previamente marcado.
Quem preferir levar farnel, pode optar.*

*Em Guimarães haverá oportunidade para visitar Castelo, Paço Ducal e Zona Histórica.
Se houver oportunidade em Braga visitamos o Sameiro, o Bom Jesus ou Zona Histórica.*

Inscreva-se até 20.04.2013 || Telefone 232 822710

que eles militares se estavam a encher de dinheiro.

• Eles militares é que estavam a sustentar o poder político que não tinha legitimidade para governar o país.

Para além disso os próprios militares sentiam o distanciamento da população em relação ao esforço de guerra. O povo, sobretudo o mais jovem era antiguerra, anticolonial e antimilitarista. Perante todas estas situações os militares interrogavam-se se seria legítimo continuar com a guerra.

Surgiram então os primeiros sintomas de que se ia avançar para uma conspiração. Claro que essa opção não era isenta de riscos, muito pelo contrário. Tinha havido dezasseis golpes falhados contra a ditadura, que tinha acarretado graves consequências contra os conspiradores, e isso não podia ser ignorado. As ações começaram por reivindicações de natureza profissional, mas em Outubro de 1973 esse problema estava resolvido. Alguns oficiais que tinham tido até então uma ação preponderante nessas reivindicações afastam-se do “movimento dos capitães”. **Houve outros no entanto, que aproveitando a rede de contactos que se tinha estabelecido no período das reivindicações de carácter profissional, achavam que se devia avançar para uma alteração política e de legitimação do poder. Queria-se saber o que é que os portugueses pensavam da guerra e das inúmeras consequências que ela provocava. Só havia uma maneira de saber, “era consultar os portugueses” e que essa consulta fosse feita em termos democráticos.** Estas eram as manifestações de vontade sobretudo dos jovens oficiais portugueses. Claro que por maior segredo que se guardasse, estas

coisas começaram a saber-se e a ser do conhecimento dos altos responsáveis militares e governativos. Na tentativa de parar a enxurrada que se avizinhava, os vencimentos dos capitães que desde 1959 rondavam os 45% do ordenado de general, passaram em Janeiro de 1974 para os 49,3%. Deve-se reconhecer que os capitães não se deixaram comprar.

Restava uma única questão, que para os militares envolvidos no movimento era de importância capital. Era a questão da “Traição à Pátria”. O medo de ser considerado traidor constituía uma barreira difícil de transpor.

Com a publicação do livro “Portugal e o Futuro” da autoria do general Spínola essa questão ficou completamente ultrapassada. As posições assumidas no livro, vindas de um oficial com o prestígio que aquele ge-

neral possuía, arrumavam por completo a questão da traição e passaram a funcionar no sentido oposto. **A partir dessa altura chegou-se ao ponto de concluir que fazer a revolução não era traição. Não a fazer é que seria uma traição à pátria.**

O problema colonial não se resolveu de imediato, e só em Julho de 1974 é que se conseguiu arrancar ao general António de Spínola a declaração do direito à autodeterminação dos povos, e à independência dos territórios ultramarinos. Declaração essa que com grande apoio da população portuguesa, permitiu prosseguir com as conversações para essas independências e consequente fim do Império Colonial Português.

Intervenção do Coronel David Martelo nas conferências sobre a Guerra Colonial, proferida em 01/12/2012, transcrita pelo Tesoureiro Sr. José Afonso.

ECOPISTA - 2013

5 de Maio 2013 (Domingo)

O stress combate-se no meio da natureza.
A idade já não nos permite puxar muito pelas pernas.
Adaptamos o processo às nossas capacidades.
O sentido **PARADA DE GONTA – TREIXEDO**
é plano ou mesmo descendente.

Providenciamos transporte para os participantes e suas bicicletas quer para o ponto de partida (Parada de Gonta) quer para o regresso.

PROGRAMA

09h00 – Concentração na sede
09h30 – Deslocação para estação de Parada de Gonta com “armas e arreios”.
10h00 – “Descendo devagar pela ecopista”
11h30 – Regresso a Tondela “sãos e salvos”
12h30 – Almoço na Sede
14h00 – Vai-se cantar o fado

Ajuda: 5€ / pessoa • INSCREVA-SE

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO 2013

No ano de 2012 previa-se já a alteração do protocolo com o MDN com vista à prestação de cuidados no âmbito do Stress Pos-Traumático. Inclusive de acordo com a RNA e despacho do Ser. Secretário de Estado, dar-se-ia prioridade à utilização do subsídio do Estado na prestação desses cuidados, em detrimento de outros eventos programados.

Só no fim quase do ano foi possível contratar os serviços da médica psiquiatra completando deste modo o quadro técnico.

Esperamos que surja muito brevemente a assinatura do alargamento do protocolo, mas não prevemos que haja a concessão de maiores verbas, igualando-nos às outras associações que prestam cuidados no âmbito do Stress Pos-traumático de guerra.

Ao começarmos este trabalho também adivinhámos que a procura não seja muito intensa. Além disso a interioridade do local da sede da nossa associação pesará bastante na procura.

E realisticamente também só podemos ir até onde os dinheiros nos possam conduzir.

Por isso o nosso Plano de Actividades programa a utilização de valores em favor da valência Stress e se tal for necessário readaptar-se-á a utilização de valores ou à sua transferência total ou parcial para o Stress.

Promovemos os eventos calendarizados e assumidos no Orçamento.

Como é habitual na receita além do subsídio do MDN cabe-nos obter pelo menos 20% do total dos custos.

Teremos como até agora aqui duas fontes de receita: as quotas dos sócios e as participações destes através de donativos ou contribuições para despesas pontuais.

Haverá certamente um saldo positivo de 2012, sendo uma parte do sobranço da aplicação do subsídio do MDN.

Para além dos eventos previstos no Orçamento, que são já tradicionais na Associação, haverá que dinamizar o relacionamento com outras associações da cidade e do concelho, onde se situa a Sede.

Infelizmente o movimento associativo dos combatentes já viveu dias melhores.

Questionamo-nos se alguns dirigentes das associações que se fecham dentro da sua própria ou reclamam para si ou para ela protagonismos que só prejudicam os combatentes. Estes por sua vez também se acomodam e infelizmente não temos visto, nem sentido que se agrupam com entusiasmo.

MAPA ACTIVIDADES - 2013

JANEIRO E FEVEREIRO

LICENCIAMENTO POSTO MÉDICO (Finalização)
ASSINATURA NOVO PROTOCOLO
ESTRUTURAÇÃO P/FUNCIONAMENTO DO POSTO MÉDICO
ABERTURA

MARÇO

A VOZ DO COMBATENTE Nº 117
CONSULTAS POSTO MEDICO

ABRIL

6 de ABRIL · BATALHA
28 de ABRIL · PASSEIO PRIMAVERA
CONSULTAS POSTO MEDICO

MAIO

5 de Maio · CICLOPISTA
CONSULTAS POSTO MEDICO

JUNHO

COMEMORAÇÃO 10 DE JUNHO
(Monumento Nacional)
A VOZ DO COMBATENTE Nº 118
CONSULTAS POSTO MÉDICO

JULHO

CONSULTAS POSTO MÉDICO

AGOSTO

FÉRIAS (Encerramento 15 Dias)
CONSULTAS POSTO MÉDICO

SETEMBRO

A VOZ DO COMBATENTE Nº 119
CONSULTAS POSTO MÉDICO
15 de Setembro · 31º ANIVERSÁRIO DA ANCU

OUTUBRO

CONSULTAS POSTO MÉDICO

NOVEMBRO

10 de Novembro · MAGUSTO
CONSULTAS POSTO MÉDICO

DEZEMBRO

A VOZ DO COMBATENTE Nº 120
CONSULTAS POSTO MÉDICO
21 de Dezembro · CEIA DE NATAL

ORÇAMENTO PARA 2013

DESPESA	
1. ENCARGOS C/ PESSOAL	
Remuneração da funcionária administrativa	6.790 €
Encargos c/Segurança Social e seguro	2.114€
Subsidio de almoço	1.820€
SUB TOTAL	10.724€
2. ENCARGOS C/ INSTALAÇÕES	
Água	850€
Electricidade	1.000€
Telefone, televisão e internet	1.200€
Pessoal de limpeza	1.200€
Artigos de manutenção/conservação e limpeza	600€
SUB TOTAL	4.850€
3. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Honorários do Gabinete de Contabilidade	1.000€
Meios de apoio à secretaria (papel, expediente e outros)	3.000€
Despesas de deslocação	1.500€
SUB TOTAL	5.500€
4. JORNAL “A VOZ DO COMBATENTE”	
Impressão de 4 números e respectiva expedição	12.000€
SUB TOTAL	12.000€
5. EVENTOS A REALIZAR DURANTE O ANO	
6 de Abril / Batalha	1.000€
10 de Junho / Cerimónia no Monumento Nacional	2.500€
Desfile na cerimónia militar	2.000€
31º Aniversário da ANCU	3.000€
Magusto	1.000€
Ceia de Natal	2.500€
SUB TOTAL	12.000€
6. ACTIVIDADES DE DIVULGAÇÃO E PREVENÇÃO DO STRESS PÓS TRAUMÁTICO	
Encontro convívio na Ecopista (marcha a pé)	1.500€
Encontro convívio na Ecopista (cicloturismo)	1.500€
Stand na Feira de Franca de Viseu	8.000€
Stand Ficton em Tondela	2.500€
Divulgação Rádio	2.500€
Manutenção do Site	2.000€
Material de Exposição e publicitário	4.000€
Triagem sem supervisão média	1.072€
SUB TOTAL	23.072€
7. MEIOS HUMANOS PARA O TRATAMENTO DO STRESS	
Psiquiatra	7.000€
Psicólogo	5.000€
Medico Clínica geral	5.000€
Assistente Social	2.500€
SUB TOTAL	19.500€
TOTAL DAS DESPESAS	87.646 €
RECEITA	
Quotas	12.000€
Custo suportado pelos sócios c/ os Eventos	7.000€
Saldo previsível no final de 2012	13.334€
Subsidio patrocinado pelo MDN/2013, aprovado pela RNA	55.312€
SUB TOTAL	87.646€
TOTAL DAS RECEITAS	87.646 €

E existe um problema de base na organização á volta das suas associações de combatentes.

Poderá a maior associação do país sendo tutelada pelo MDN, liderar o movimento associativo de combatentes? Ou por ser tutelada não terá condições para isso?

Continuaremos o nosso trabalho na Federação procurando congregar as filiadas e as que queiram aderir. Mas não temos ilusões que a Federação poderá alguma vez liderar o movimento!

Mas procuramos a unidade dos combatentes prontos a trabalhar com todas as associações, mas sem ilusões.

Há desperdício no uso das instalações que felizmente temos. Não são aproveitadas suficientemente.

Devê-lo-iam ser pelo menos pelos sócios do concelho

A Sede encontra-se aberta diariamente de segunda a sábado, para receber informar e aconselhar quem nos procura.

As instalações do Bar são cada vez menos aproveitadas devido ás dificuldades económicas que o país atravessa.

Temos que procurar formas e desenvolver mais iniciativas que consigam chamar mais pelo menos os sócios geograficamente mais próximos.

As lutas desenvolvem-se normalmente na busca de benefícios sociais ou melhores condições de vida, melhores salários, melhores pensões.

Neste momento qualquer luta por estes objectivos embarra com a situação económica do país, ou melhor com a politica monetária de qualquer governo. Não cremos em melhores dias.

E notamos que muita gente só luta quando lhe cheira aqueles objectivos.

Há porém muita coisa a fazer pelos combatentes. Não só de pão vive o homem. O respeito que o país nos deve e a gratidão que os combatentes merecem pelo seu exemplo, são valores de que não prescindimos.

OBITUÁRIO

“Aqueles de quem admiramos nunca morrem, apenas partem antes de nós”

Cor. Inf. Pedro Pereira Rosário Santos



Nasc. Em: 24/3/1930 • Falec. Em: 19/6/1985

Distinto oficial e excepcional camarada. A lei incontornável da vida levou um Comandante amigo e solidário. A sua abnegação, seriedade e permanente disponibilidade para com os seus subordinados fizeram dele um exemplo de seriedade irrepreensível. Um Militar de excepção.

Foi Oficial de Operações e 2.º Comandante interino do B. Caç. 2888 (Abrantes RI2), em Angola de 2.º Comandante daquele Batalhão sempre que as circunstâncias assim o exigiam; Director da Direcção de Transportes (1972 a 1974); exerceu o cargo de CMDT do RIAH

de Angra do Heroísmo (actual RG N.º 2), no período de 16/10/78 a 22/09/81, aonde desempenhou, activa e preponderante capacidade de organização no socorro às vítimas do sismo, nos Açores, em 1 de Janeiro de 1987, acto que foi enaltecido e a Unidade (RAH15) agraciada pelo então Sr. Presidente da República, General Ramalho Eanes.

Um Oficial com estatura e cintilância da grandeza de Humanidade, através de actos de nobreza irmanado de uma genuína estima e carinho nutrido do Coronel Pedro Pereira Rosário Santos.

Sentimento de total admiração pelo perfume exalado de uma vida modelar e diversificada, onde o

exército, como bem sabem todos os militares que lhe pertencem por vinculação de serviço prestado à causa.

Sempre inequívoca prontidão e disponibilidade para ajudar a desbravar os caminhos ingremes da vida que, na nossa comiserção não nos esqueçamos do homem e do Militar.

Os ex-combatentes que com ele estiveram em Angola e outros militares pretendem dedicar esta singela mas justa homenagem ao Militar de excepção, de mais um exemplo maior de valor militar de comando.

Tinha averbado diversos louvores e outras condecorações.

Ex-combatente Manuel D. Machado



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

CONVOCATÓRIA

Assembleia Geral Ordinária

Convoco a Assembleia-geral Ordinária da Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar para reunir na sua SEDE na Rua Conde Ferreira, 47 – Tondela, pelas **14h30m** do dia **14 de Abril de 2013** (DOMINGO) com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Informações**
- 2. Apresentação, discussão e votação das contas do ano de 2012**

Se à hora marcada não estiver presente a totalidade dos sócios, nos termos estatutários, a Assembleia iniciar-se-á meia hora depois.

Tondela, 19 de Março de 2013

O Presidente da Assembleia Geral
António Manuel Tenreiro da Cruz